

CAE aprova acordo de SP

César Felício
de Brasília

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) aprovou ontem, por votação simbólica, o acordo de renegociação global da dívida de São Paulo. É o primeiro contrato de rolagem entre União e estados a ser analisado pelo Congresso, dentro do programa de apoio à reestruturação e ao ajuste fiscal dos estados.

Pelo texto, que ainda será analisado pelo plenário da casa, a União assume dívidas de R\$ 50,3 bilhões do estado. O refinanciamento, contudo, só abrangerá R\$ 46,5 bilhões. "A diferença de R\$ 3,8 bilhões fica como um subsídio do governo federal para São Paulo cumprir o acordo", afirmou o relator da matéria, senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), acrescentando ainda que todos os outros 18 estados com rolagens de dívidas em negociação receberão um perdão do governo federal no mesmo grau. A dívida de São Paulo representa, segundo o relator, 59% do total da operação de salvamento aos estados articulada pela equipe econômica do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Apesar das condições privilegiadas recebidas por São Paulo, o acordo levantou poucas resistências na CAE, e deverá ser aprovado com tranquilidade no plenário da Casa. Para Waldeck, tal facilidade deve-se a dois fatores: a consciência de que o ajuste é fundamental para o equilíbrio fiscal do governo e o fato que os outros estados também serão beneficiados, ainda que de maneira diferenciada em relação a São Paulo.

O governo estadual paulista recebeu um prazo de 30 anos

para a rolagem da dívida, o dobro do acordado com Pará, Pernambuco, Piauí e Rondônia. A amortização de São Paulo se fará até o limite de 13% da receita líquida real, ao passo que Pará, Sergipe, Mato Grosso, Rondônia e Goiás irão comprometer 15%. Os juros anuais do acordo paulista serão de 6%, enquanto no Rio de Janeiro o valor é de 7,5%.

Presente na sessão da CAE de ontem, o ministro interino da Fazenda, Pedro Parente, argumentou que São Paulo hoje só compromete 3% de sua receita líquida, ao passo que outros estados — que haviam previsto do acordo comprometer 15% da receita —, estão, na verdade, gastando até 35%. "Não tenho a menor dúvida que São Paulo sentirá o maior efeito do acordo. Ele estará igualado com os demais estados, já que a dívida mobiliária paulista não se pagava", disse Parente.

Waldeck fez duas emendas ao texto. O acordo só será implementado depois que o Congresso criar no Orçamento Geral da União uma dotação orçamentária específica para o acerto com os estados. Já existe uma emenda neste sentido tramitando na Comissão Mista de Orçamento prevendo uma dotação de R\$ 103 bilhões, referente ao valor global da dívida dos estados (R\$ 85,9 bilhões), além da projeção de encargos para 1997. A Assembleia Legislativa de São Paulo terá que fazer o mesmo com a peça orçamentária estadual. Waldeck ainda acatou uma emenda de autoria do senador Esperidião Amin (PPB-SC) exigindo que o Senado seja trimestralmente informado sobre o andamento do acordo.